

# Os povos da Amazônia

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



A ministra Marina Silva, nascida no Acre, alfabetizada já na adolescência, conhece a pobreza de perto. Sua posição política em defesa do meio ambiente tem relação direta com sua infância e aquilo que a rodeava quando criança. No outro lado dessa fotografia, existe o discurso de defesa do meio ambiente como ação política que se espalhou pelos países europeus, cujo nível de renda dos habitantes é completamente diferente do brasileiro e, em especial, da Amazônia.

A Região Norte tem cerca de 25 milhões de habitantes. É a menos industrializada e mais comprimida pela enorme extensão da selva amazônica. Em estados como Roraima, por exemplo, territórios de indígenas e reservas florestais alcançam quase a metade da área. Essa situação é comum a todos os estados da região. A população é majoritariamente pobre. Manaus, que era uma cidade perdida no meio da mata, ganhou a zona franca no governo militar, ideia do avô do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos. E cresceu muito. Hoje é maior do que Belém.

São os dois maiores polos da região. A expansão do agronegócio de sul para norte modifica o perfil econômico da região. Quem viajar por terra de Goiânia para Rio Branco vai encontrar várias pequenas cidades bem cuidadas ao longo do caminho, habitadas por gaúchos. É a rota da soja e suas conexões, que passa de Rondônia e chega ao Acre. A pressão dos governos e instituições europeias deve conter a expansão territorial do agronegócio do Brasil. O receio dos europeus é concorrer com a agricultura brasileira. A deles é atrasada e subsidiada. Eles precisam conter o produto nacional na origem.

A descoberta de enorme jazida de petróleo no norte do Brasil, chamada de Margem Equatorial, pode ser a redenção econômica de uma região que foi abandonada desde a independência do Brasil. É bom lembrar que os amazônidas não aceitaram a Independência do Brasil em 1822. Preferiram ficar unidos a Portugal, como ocorria desde a descoberta do Brasil. A Independência foi imposta na Amazônia por soldados a serviço do almirante Cochrane — mercenário inglês que serviu a Marinha do Brasil —, que ameaçaram bombardear Belém, em agosto de 1823.

A discussão sobre a defesa do meio ambiente no caso específico da Amazônia, já decidido que a região não é o pulmão do mundo, ganha outra dimensão. É preciso criar condições objetivas para ocorrer o desenvolvimento e a melhoria de renda na região. E o petróleo pode ser um instrumento ideal para que esse objetivo seja alcançado, ressaltadas as condições necessárias para proteger fauna e flora da foz do Rio Amazonas, que está a 500 quilômetros do local onde a Petrobras pretende fazer prospeção. O lençol petrolífero ocorre desde a Guiana, antiga Guiana Inglesa, cuja economia cresceu 62% desde que a riqueza submersa foi descoberta.

Há outras fontes modernas, confiáveis e duradouras. Uma delas são os ventos, os alísios, que trouxeram as caravelas dos portugueses. São ventos fortes e constantes que podem se transformar

em energia elétrica. O potencial é, portanto, inegotável. A energia eólica pode ser instalada em qualquer ponto do Brasil. O estado do Rio Grande do Norte já é quase autossuficiente com esse tipo de energia. E se prepara agora para instalar torres mar adentro.

Mas há outro dado relevante. O sol aqui brilha o ano inteiro, com maior intensidade nos estados do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte. A energia solar é solução fácil de ser instalada em residências, prédios, residenciais ou comerciais. Ou em fazendas. Não há, portanto, problemas para iluminar as cidades no interior da Amazônia. Basta instalar placas fotovoltaicas e acender a luz. Muito simples e de baixo custo. Mas o petróleo significa gordos royalties para os estados lindeiros. Impossível ignorar essa possibilidade.

A ministra Marina Silva, radical defensora do

meio ambiente, precisa negociar e gastar saliva para conviver com adversários no mesmo espaço político. Ela já deixou o ministério em outro governo Lula por divergências pesadas. Naquela questão, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, tinha razão. Foi erro monstruoso construir a usina que não consegue gerar o planejado e criou sérios problemas no meio ambiente. Muito barulho para resultado pí-fio. Faltou conversa. E houve corrupção milionária.

Agora, não. Os males da produção de petróleo são conhecidos: eventuais vazamentos, explosões e corrupção. No deserto arenoso de Dubai, construíram um país moderníssimo com o dinheiro do petróleo. Sabendo usar, é dinheiro bem-vindo. Não sabendo, é maldição, como na Venezuela. Difícil é defender o meio ambiente para estrangeiro tirar fotografia de macaco e jacaré, enquanto o homem da região sofre com a pobreza.

## Importância da integridade e governança para o esporte brasileiro

» DANIELA CASTRO  
Advogada e chief Operating Officer da Siga Latin America, foi secretária adjunta de Esporte e Lazer do município de São Paulo em 2017

O esporte brasileiro é parte do DNA do nosso país. É parte da nossa cultura. Da nossa paixão. E do investimento de tempo, recursos e trabalho de milhares de pessoas, entre atletas, treinadores, executivos, advogados, equipes das mais variadas áreas trabalhando em confederações, federações e clubes. Todos interligados com o esporte.

O que antes se conectava pela indignação e a tristeza de uma área amadora e permeada de escândalos, floresceu para um setor que tem seu potencial social e econômico reconhecido. Hoje, há muitas oportunidades no cenário nacional e global, como desenvolvimento de clubes-empresas e formação de uma liga nacional de futebol, regulamentação de apostas esportivas, novas tecnologias. A conjuntura com certeza é favorável, os avanços também estão claros, mas há ainda desafios estruturais e nos fundamentos do esporte que, se não forem levados a sério pelos seus inúmeros agentes, podem comprometer os avanços, frustrar oportunidades e afetar o futuro dessa indústria.

Há 14 anos, quando comecei minha atuação no esporte, o cenário não era favorável. Amadorismo, corrupção — um ambiente quase feudal — como diria eu, à época, chocado por encontrar um ambiente tão atrasado. Hoje, após 10 anos da aprovação do artigo 18-A da Lei Pelé, o cenário do esporte no país é muito diferente. Do estranhamento com as palavras governança, integridade, transparência, gestão profissional, o ambiente esportivo foi se adaptando. E os escândalos deixaram claro que os tempos precisavam mudar.

Isso não ocorreu somente no esporte. A sociedade e, principalmente, as empresas foram pautadas por temas como governança, integridade e boa gestão. Sem falar no propósito, impacto e responsabilidade social. Os conceitos de ESG e boa governança tornaram-se imperativos. Empresas e organizações ao redor do globo são cobradas por comportamentos éticos e são avaliadas por eles, além da prova clara de que uma boa gestão leva a resultados em benefício de uma coletividade nos diferentes setores sociais e econômicos.

E as mudanças não são feitas de forma solitária. A aprovação do artigo 18 da Lei Pelé foi resultado da união de atores do esporte, como atletas, empresários, ONGs, clubes, jornalistas, especialistas que se mobilizaram para a aprovação de um importante marco regulatório que dispõe sobre a integridade do esporte nacional e que mexeu em pontos que foram estruturantes. Alteração do colégio eleitoral com participação de atletas nas escolhas dos dirigentes, definição de regras de mandato, exigências de prestação de contas e transparência, fair play eleitoral, entre outros pontos que trouxeram mudanças substanciais.

Contudo, não é só a legislação que resolve os problemas, mas a sua implementação, e isso vai além dos governos. Depende de todos os agentes. Não somente para cumprir a lei, mas porque é preciso para realmente avançar. Uma gestão íntegra e eficiente, que possibilite o desenvolvimento humano e a entrega de resultados com seus riscos diminuídos e mecanismos internos capazes de fazer com que os interesses coletivos superem os pessoais e o curto prazo.

Os tempos são outros. O cenário é outro. Este é um momento em que devemos ficar ainda mais atentos e não dispersar os esforços para que haja a real consolidação de uma nova mentalidade e de mudanças estruturais. O tempo é de união, de coalizão e de apoio mútuo. Atletas, profissionais do esporte, dirigentes, empresas e governos juntos. O compromisso com integridade e com a boa governança deve se concretizar na prática e isso será fundamental para que campeonatos sejam ganhos, patrocínios sejam feitos em maior volume, novos negócios se façam e o desenvolvimento do setor seja definitivamente realidade.

Os três conceitos que resumem o que precisamos neste exato momento são: união, pensamento de longo prazo e espírito de equipe. As condições estão dadas e mudanças estruturais importantes foram postas em marcha. Temos, sim, condições distintas e com muita gente boa em campo: atletas, dirigentes, profissionais de compliance, governo, todos a postos por um esporte pronto a ganhar tração. Não podemos deixar de lado o esforço para que os pilares da boa governança, transparência e integridade sustentem o crescimento, os avanços e a concretização de negócios, vitórias, impacto e um novo ambiente esportivo em que a união e o espírito coletivo podem sobressair. O momento é propício. Precisamos de todos em campo. Sem hesitação. E aí ganharemos o jogo. O jogo de um esporte mais forte e pujante. Para todos.

## O Fundo Constitucional é vital para o DF

» ANDRÉ OCTAVIO KUBITSCHK  
Advogado e empresário

A aprovação da emenda do relator Cláudio Cajado (PP-BR), inserida no bojo do arcabouço fiscal, é um desastre para a nossa capital. Com total convicção, entendo que o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) é mais que necessário para garantir um futuro adequado aos brasilienses. Em verdade, o FCDF é vital para a capital do país. Concebida e construída em mil dias, Brasília realizou o sonho de Dom Bosco, concretizado no destemor de Juscelino Kubitschek, e passou a enfrentar seguidos desafios que se sobrepujam logo após conquistar sua autonomia político-administrativa.

O primeiro, e um dos mais significativos, foi equacionar a via-crúcis de captação de recursos para manutenção de três setores essenciais em qualquer comunidade: segurança, saúde e educação. Cidade administrativa, sem gerar suficiente arrecadação, mas com despesas adicionais altíssimas por amparar o governo federal, embaixadas e outras representações internacionais e nacionais, Brasília sempre dependeu da insegura articulação política para obter sucesso nas constantes solicitações de custeio ao Tesouro Nacional.

O Fundo Constitucional despolitiizou essa prática, eliminou a incerteza e trouxe estabilidade e soberania para o Distrito Federal. E aqui faço parênteses para, além de reconhecer a eficácia do instrumento, manifestar meu orgulho por ter tido origem em projeto de meu pai, Paulo Octávio, que começou a busca dessa importante autonomia financeira da capital quando do seu mandato como deputado federal ainda nos anos 1990.

À época, já havia a tradição de a União custear as despesas de saúde, educação e segurança. Durante vários governos, esse dispêndio foi colocado em xequê inúmeras ocasiões e era preciso criar um dispositivo que garantisse que os valores fossem

pagos por aqueles que usam o espaço público do DF — uma justa contrapartida pela ocupação de nossa cidade pela máquina estatal nacional.

Assim, PO teve a ideia de apresentar o Projeto de Lei Complementar 11/1999, em 17 de março daquele ano. A proposta instituiu o Fundo para a Assistência Financeira do Distrito Federal (Faf-DF). Durante quatro anos, tramitou pelas diversas comissões da Casa, sendo sucessivamente aprovada. No governo Fernando Henrique Cardoso, a tramitação no Senado, somada a outras iniciativas parlamentares com o mesmo objetivo, foi rápida — a essa altura, já com o nome de Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Protocolado em 12 de dezembro, o projeto tramitou com urgência pelo Senado e, em cinco dias, foi aprovado no plenário, seguindo para as mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo sancionada no dia 27 de dezembro de 2002, reforçando a autonomia do cofre distrital.

Graças à Lei 10.633/02, o Fundo Constitucional do Distrito Federal provê ao GDF os recursos para organização e manutenção da Polícia Civil, PM e do Corpo de Bombeiros, além de assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação. Em seu primeiro ano, o de 2003, destinou R\$ 3 bilhões ao DF e, em 2023, R\$ 23 bilhões — para se ter uma ideia da importância do Fundo e da sua necessária correção de valores. O modelo estabelecido na legislação, tecnicamente mais indicado e até hoje utilizado, calcula o valor dos repasses anuais pela variação da receita corrente líquida da União. Isso quer dizer que o FCDF tem recursos crescentes, que custeiam de forma regular os gastos com segurança, saúde e educação. Apesar de estar previsto em lei, ao longo dos anos, várias têm sido as tentativas de alterar a forma de repasse para o Fundo Constitucional do DF,

sempre inserindo prejuízos financeiros para a capital de todos os brasileiros.

A mais grave, no entanto, foi a inclusão da emenda de Cajado. Com ela, enxertada no texto que trata do necessário arcabouço fiscal, o teto de reajuste do Fundo passa a ser limitado a 2,5%, mais o IPCA anual. Com isso, segundo a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do DF (Seplad-DF), nos próximos 10 anos, as projeções de variação do FCDF, pela regra imposta pelo relator, ficariam em 5,76%. A variação do Fundo, pela regra atual, registrou média de 10,71%. Assim, a projeção alerta para uma perda de R\$ 87,8 bilhões até 2033, impactando indubitavelmente no orçamento do Distrito Federal.

A perda média anual desses cinco pontos percentuais nos reajustes anuais trará desastrosas consequências, com a inevitável perda de eficiência na prestação dos nossos serviços públicos. Não haverá espaço para reajuste salarial, aposentadorias serão prejudicadas e aumentos serão impossíveis. Após os lamentáveis acontecimentos de 8 de janeiro, o FCDF passou a ser alvo de convenientes questionamentos por abranger segurança pública, de tal forma que, de todas as mudanças constitucionais no novo arcabouço fiscal proposto, somente o FCDF foi incluído no texto relativo à limitação de gastos.

Não é fragilizando um serviço que se fomenta eficiência. A manutenção do modelo de repasse para o Fundo Constitucional do DF é a garantia do nosso sustento. Por isso, confio que ainda teremos dos Poderes Legislativo e Executivo o necessário veto a essa aberração, que vai prejudicar a população que precisa de qualidade nos serviços públicos de segurança, saúde e educação. Ressalto que capital é só uma. É nosso dever preservá-la.